

# **A Companhia de Jesus e a formação das elites católicas no sul do Brasil**

The Society of Jesus and the formation of the Catholic elites in southern Brazil

*Lorena Madruga Monteiro\**

## Resumo

Este trabalho analisa as relações entre a Igreja Católica e a formação das elites brasileiras no século XX. De modo específico, este trabalho dedicou-se a analisar as elites católicas militantes forjadas através dos instrumentos da Ordem dos Jesuítas. Argumenta-se, nesta pesquisa, através de fontes variadas, que nos contextos em que os instrumentos de restauração católica dos jesuítas foram hegemônicos, como no sul do Brasil, a restauração católica foi exitosa uma vez que garantiu a manutenção e a reprodução do pensamento católico conservador.

Palavras-chave: Restauração católica; elites; Companhia de Jesus.

## Abstract

This article analyzes the relations between the Catholic Church and the formation of the Brazilian elites during the twentieth century. Specifically, this study aimed to analyze the militant Catholic elites forged through the instruments of the Jesuit Order. It is argued in this research, based on varied sources, that where the Jesuit instruments for Catholic restoration were hegemonic, as in southern Brazil, the Catholic restoration was successful, since it ensured the maintenance and reproduction of conservative Catholic thought.

Keywords: Catholic restoration; elites; Society of Jesus.

---

## **Introdução**

Este trabalho é fruto de uma pesquisa que analisa as relações constituídas entre a Igreja Católica e a formação das elites brasileiras no século XX. Especificadamente, o trabalho dedica-se a analisar as elites católicas militantes forjadas através dos instrumentos da Companhia de Jesus. Este recorte específico justifica-se, porque “os jesuítas tornaram-se, no país, os maiores promotores do catolicismo romanizado, utilizando para isso o valioso instrumento das Congregações Marianas” (Azzi, 2008, p. 97). Estes instrumentos de formação do laicato católico, ainda que tenham sido implantados desde o início do século XX, foram pouco analisados nos estudos sobre a restauração católica no Brasil.

---

\* Mestre e doutoranda em Ciência Política pela UFRGS. E-mail: <lorena.madruga@gmail.com>.

Embora recentemente o papel dos ginásios católicos – em especial aqueles administrados pela Companhia de Jesus – na formação das elites tenha despertado certo interesse acadêmico, por muito tempo o quadro foi de uma total escassez de estudos sobre o papel dos jesuítas na formação dos quadros dirigentes. Feita essa ponderação, argumenta-se, nesta pesquisa, através de fontes variadas, que nos contextos em que os instrumentos de restauração católica da Companhia de Jesus foram hegemônicos, como no sul do Brasil, a romanização do catolicismo foi exitosa, uma vez que garantiu a manutenção e a reprodução do pensamento católico conservador.

Este artigo divide-se em duas partes. Num primeiro momento, de modo geral, reflete-se sobre o significado do catolicismo romanizado e sobre como o processo de restauração católica foi conduzido no Brasil. Após, na segunda parte, analisam-se as condições que permitiram o surgimento e a manutenção do pensamento católico conservador no Rio Grande do Sul. Tais condições referem-se ao papel estratégico das instituições escolares da Companhia de Jesus no desenvolvimento da restauração católica no sul do Brasil.

### **A romanização do catolicismo e a restauração católica no Brasil**

Em torno dos processos instaurados com a romanização e reorganização institucional da Igreja situa-se a maioria dos estudos – independentemente da área disciplinar a qual se filiam – sobre a restauração católica no Brasil. Dentre as análises mais específicas dessa problemática destacam-se as dedicadas ao exame do recrutamento, da formação e da atuação dos quadros eclesiais (Miceli, 1988; Seidl, 2003; Serbin; 1992; 2008); as que analisaram a relação das Dioceses com as oligarquias regionais, com destaque para a atuação de certos bispos reformadores (Isaía, 1998; Bencosta, 1999), e, mais recentemente, aquelas centradas nos ginásios católicos e na escolarização das elites (Dalabrida, 2001; Leonardi, 2004; Manoel, 1996).

A romanização do catolicismo refere-se à reorganização institucional da Igreja baseada nas determinações da Cúria Romana. Surgiu como um desdobramento da orientação política ultramontana da Igreja. Reflete, portanto, um esforço de adaptação e reação da Igreja aos novos desafios advindos da ascensão dos ideais iluministas, contidos no liberalismo, no racionalismo e no

socialismo, os quais questionavam e combatiam sua influência ideológica em várias esferas sociais. Frente a essa situação, Pio IX denunciou os erros modernos nas encíclicas *Qui Pluribus*, *Quanta Cura e Syllabus*, e a Igreja optou por reforçar a doutrina tradicional católica e decretar a infalibilidade papal. Deste modo, a partir do Concílio do Vaticano I (1869-1870), reafirmaram-se os princípios disciplinadores da doutrina católica tridentina baseados na Igreja universal.

Noutro aspecto, a Igreja Católica reagiu – após sua separação do Estado com o fim do regime de Cristandade – contra a laicização do mundo social, dos serviços públicos. Nesta direção, as soluções adotadas variaram desde o conflito direto com os regimes republicanos até certa adaptação à nova situação. Este último aspecto – que interessa à Igreja no Brasil – é conhecido como *autocompreensão* da Igreja, a qual, após sua separação do Estado, buscou gestar, unificar e expandir sua estrutura eclesiástica.

Este processo no Brasil traduziu-se, a partir da instauração da República e do fim do regime de Padroado entre Igreja e Estado, numa modernização conservadora das instituições religiosas. Assim, por um lado, a Igreja liberou-se da sua oficialidade perante o Estado e teve liberdade para formar e nomear seu próprio clero seguindo as diretrizes de Roma; e por outro, defrontou-se com a liberdade religiosa promulgada pela Constituição republicana. Deste modo, frente à perda do seu monopólio religioso, a Igreja estrategicamente optou pela sua construção institucional e por sua expansão territorial, com a organização de novas Dioceses que investiram na formação e na reprodução de quadros eclesiásticos e na formação da elite política, através da implantação de escolas católicas (Miceli, 1988). Deste modo, cada vez mais a Igreja afastou-se do catolicismo popular e direcionou-se ao Estado, através da formação das elites.

Esta direção se deu pela própria avaliação negativa do episcopado brasileiro sobre as práticas religiosas do catolicismo tradicional durante o período imperial. Tais críticas dos Bispos reformadores – como Dom Antônio Ferreira Viçoso, de Mariana; Dom Antônio Joaquim de Melo, de São Paulo; Dom Antônio de Macedo Costa, do Pará; e Dom Vital de Oliveira, de Olinda e Recife – referiam-se ao despreparo do clero luso e a sua dependência das determinações do gabinete imperial, à precarização dos seminários existentes, à falta de disciplinamento na devoção popular e à ignorância em matéria religiosa.

Portanto, a atuação da Igreja Católica foi normatizada através de: 1) reestruturação do corpo eclesiástico através da importação de ordens religiosas europeias; 2) expansão territorial do controle eclesiástico com a multiplicação de Dioceses e Arquidioceses; 3) a criação de Seminários e educandários católicos; 4) o disciplinamento da devoção, da fé dos fieis por meio do papel central do sacerdote no controle das Irmandades leigas. Assim sendo, tal modernização abrangeu, com base num discurso unificado da Igreja – pastorais, documentos, orientações litúrgicas, decretos institucionais – sua organização interna e o disciplinamento dos clérigos, do laicato e da devoção dos fieis.

A romanização foi conduzida, sobretudo, pelas ordens religiosas europeias que assumiram a formação dos prelados nos novos Seminários, especialmente a Ordem dos Jesuítas e a dos Vicentinos (no Brasil conhecidos como Lazaristas). Conforme Miceli (1988), os seminários atuaram como colégios particulares, centros de atração e fomentadores de vocações religiosas, tanto para indivíduos advindos da aristocracia imperial, quanto para aqueles ligados ao patriciado rural decadente ou de origem social mais humilde – que almejavam usufruir da carreira eclesiástica para reconversão social – além daqueles da extração mais baixa que buscavam a estrutura da Igreja a fim de adquirir formação escolar e, deste modo, ascender socialmente.

Esse processo de *clericalização* da Igreja ou reprodução social do clero no Brasil teve como um de seus efeitos a restauração do espaço social da Igreja após sua separação do Estado. Além disso, o processo de *uropeização* da Igreja, através das constantes vindas de ordens religiosas do velho mundo, tornou o catolicismo brasileiro “mais erudito e, portanto, mais atrativo para os intelectuais e os setores médios urbanos” (Serbin, 2008, p. 82). Deste modo, nesse período, além dos seminários, as ordens religiosas de várias procedências da Europa deixaram marcas profundas na formação escolar das elites e tiveram um papel expressivo na expansão do sistema de ensino católico. Dentre tais Ordens religiosas destacaram-se – além da Congregação das Irmãs de Chamberry da França na educação feminina paulista – na difusão do ensino católico: “Os lazaristas, os jesuítas e os beneditinos, sobretudo, no atendimento aos filhos da antiga aristocracia, bem como os salesianos e os irmãos maristas, cujos colégios ofereciam instrução aos jovens pertencentes à classe burguesa em afirmação” (Azzi, 2008, p. 19).

Em torno da escolarização das elites nos educandários católicos durante o período republicano se situam os trabalhos de Ivan Aparecido Manoel (1996), de Norbert Dallabrida (2001) e o de Paula Leonardi (2004), dentre outros. De modo geral, tais análises, tanto em relação à educação feminina quanto à masculina, destacam a formação escolar recebida nesses estabelecimentos pelas elites regionais como marca de distinção social. Como ratifica Riolando Azzi (2008, p. 19):

Os estabelecimentos educativos, dirigidos pelos religiosos, transformaram-se em espaços privilegiados oferecidos à juventude, na transição da vida rural para a sociedade urbana. A instrução e a educação deviam servir não só como marca registrada das classes abastadas, mas, ao mesmo tempo, como sinal distintivo desse segmento populacional, estabelecendo-se pouco a pouco uma separação não só material, mas também cultural, em relação às camadas populares de camponeses e operários (Azzi, 2008, p. 19).

Portanto, a Igreja ao controlar o sistema de ensino, através das Ordens religiosas europeias, pode, ao menos, controlar a difusão das ideias, uma vez que “o controle educacional lhe dava a oportunidade de, ao menos, depurar a matéria de ensino, evitando, o quanto possível, a divulgação de ideias contrárias às suas teses e dogmas” (Manoel, 2008, p. 51). Além disso, o domínio do sistema escolar aproximou a Igreja do ideal de recristianizar a sociedade pela educação escolarizada.

Estas estratégias de romanização – formação do clero, escolarização das elites, expansão territorial da Igreja – através das Ordens religiosas estrangeiras avançaram e tiveram relevância nas dinâmicas sociais dos estados de Minas Gerais, de São Paulo, de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul (Serbin, 2008). Dentre esses estados da federação brasileira, tais estratégias tiveram no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina um terreno fértil, especialmente pelo fato da Igreja ter se associado aos grupos de imigração alemã e italiana. Como se desenvolve abaixo.

### **Restauração da Igreja e a formação escolar e religiosa das elites católicas no Sul do Brasil**

Dentro do processo de *autocompreensão* da Igreja, os movimentos de leigos passaram a ser mais dependentes dos líderes eclesiásticos e dos padres das

ordens religiosas. Neste sentido, as lideranças eclesiásticas tiveram um papel fundamental, tanto nos movimentos de devoção quanto na Ação Católica instituída na década de 1930. Se antes, no catolicismo popular, as irmandades religiosas e as confrarias agiam de forma autônoma à hierarquia católica – através do culto livre dos santos, das romarias, das procissões irradiadas a partir de suas capelas, casas e santuários – com a romanização do catolicismo, a Igreja “defendeu a ortodoxia, a autoridade clerical e o fim da autonomia leiga” (Serbin, 2008, p. 81).

Esta estrutura começou a ser implantada no Rio Grande do Sul com a nomeação, em 1860, de Dom Sebastião Laranjeiras, bispo reformador, para a Diocese do Estado. Nesse primeiro momento, o Bispo teve de lidar, além da reação dos governantes provinciais de orientação *positivista*<sup>1</sup>, com um clero despreparado, além de comprometido com os chefes políticos locais, para a irradiação do projeto romanizado. No entanto, a partir de 1890, com o episcopado de Dom José Ponce de Leão, bispo reformador ligado aos lazaristas, o projeto de restauração católica avançou e começou a produzir resultados.

O avanço do projeto de restauração católica deve-se a certas circunstâncias. A principal delas relaciona-se com a presença dos imigrantes alemães, italianos e poloneses no Estado do Rio Grande do Sul, e em menor grau no de Santa Catarina, o que, de certo modo, motivou as Ordens religiosas dos países desses imigrantes a assistirem seus imigrados. Junta-se a esse fato a vinda das congregações religiosas impossibilitadas de trabalhar em seus países de origem, a exemplo da expulsão dos jesuítas da Alemanha pela *Kulturkampf* de Bismarck, ou a perda dos Estados Pontifícios na Itália (Rambo, 2002). Destacou-se, neste sentido, a estratégia de Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, desde os primórdios da República, de atrair padres católicos, de várias ordens e congregações religiosas, as quais não podiam mais atuar em seus países de origem. Portanto, esta configuração constituiu a base logística da restauração católica no sul do Brasil, como ilustra Arthur Rambo (2002, p. 292):

Imigrantes saídos de uma Igreja restaurada na Europa, religiosos e clero inteiramente comprometidos com o projeto de Igreja definido no Concílio de Trento, reafirmado pelo Concílio do Vaticano I e divulgado pelos documentos pontifícios de Pio IX, Leão XIII, Pio X, Bento XV, Pio XI, e no início do pontificado de Pio XII, sempre sob a autoridade incontestada do Sumo Pontífice, formava a base sólida para que o projeto alcançasse o êxito necessário.

Entre as práticas implantadas pelo catolicismo romanizado no sul do Brasil, seja na esfera educacional – as escolas paroquiais e o ensino secundário – seja na esfera devocional – devoção ao Menino Jesus, devoção ao Coração de Jesus, Apostolado da Oração, Associações das filhas de Maria, Congregações Marianas, dentre outras – destacou-se a atuação dos jesuítas de língua alemã, através da formação das elites católicas nos seus educandários e na implementação de um catolicismo militante através das Congregações Marianas.

### **O monopólio dos educandários dos Jesuítas na formação das elites do sul do Brasil**

Os jesuítas – da província germânica da Companhia de Jesus – do Colégio Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo buscaram formar as elites sociais e políticas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina instalando instituições nas principais cidades da época, ou seja, Rio Grande, Pelotas, Florianópolis com o Ginásio Catarinense, e, principalmente, Porto Alegre, com o Ginásio Anchieta. Se, inicialmente, o Ginásio Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo destinava-se, dentro do projeto de restauração católica, a formar os filhos dos colonos para o magistério ou sacerdócio, a partir de 1878, com o sucesso dos seus alunos nos exames públicos, passou a ser a instituição favorita das elites riograndenses e catarinenses, além de outras regiões do Brasil. Situação que se intensificou com a equiparação, em 1900, ao Colégio Dom Pedro II, sendo a primeira instituição escolar do Rio Grande do Sul a conseguir tal feito. Essa mudança de perspectiva é ilustrada na redução dos seus egressos que seguem a carreira religiosa, magistério e/ou o Sacerdócio, conforme quadro abaixo:

Quadro I: Carreiras dos egressos do Ginásio Nossa Senhora da Conceição

<b>Carreiras</b>	<b>1870-1879</b>	<b>1880-1889</b>	<b>1890-1899</b>	<b>Total</b>
Professores	11	2	1	14
Sacerdotes	2	3	3	8
Religiosos	4	2	2	8

Fonte: Elaborado a partir de Lutterbeck (1977).

Até 1900 as matrículas do Ginásio Conceição foram incrementadas e, no final da década do século XIX, mais de 80% dos seus alunos adivinham de famílias lusas, deslocando o objetivo inicial da formação escolar dos filhos de imigrantes alemães para atender as elites estaduais concentradas na capital do Estado. Conforme quadro abaixo:

Quadro II: Matrículas do Ginásio Nossa Senhora da Conceição

<b>Ano</b>	<b>Matriculas</b>
<b>1880</b>	65
<b>1881</b>	85
<b>1882</b>	112
<b>1883</b>	117
<b>1884</b>	121
<b>1885</b>	166
<b>1886</b>	223
<b>1887</b>	213
<b>1888</b>	214
<b>1889</b>	223
<b>1890</b>	223

Fonte: Elaborado a partir de Lutterbeck (1977) e Schupp (2004).

Portanto, esses empreendimentos educacionais no Brasil, e no Rio Grande do Sul em particular, só se concretizaram porque os jesuítas foram expulsos da Alemanha, pela *Kulturkampf* de Bismarck, em 1872. Desse modo, vieram religiosos de formação escolástica para o sul do Brasil e criaram estabelecimentos fieis aos princípios do método pedagógico *Ratio Studiorum*<sup>2</sup> aplicado nos ginásios alemães.

Mesmo assim, num primeiro momento, a escola enfrentou o antijesuítismo do período; mas, a partir de 1878, o colégio firmou-se com o sucesso de seus alunos nos exames públicos, em Porto Alegre, chamados de parcelados. Até o Ginásio Conceição virar Seminário, em 1913, e os jesuítas se dirigirem para a formação das elites estaduais concentradas na capital do Estado, no Ginásio Anchieta, os governos republicanos foram benéficos à influência jesuítica no

espaço social riograndense, seja através da isenção de impostos para o Colégio, ou na atração de demais missões jesuítas ao Estado (Leite, 2004).

Em 1913 o Ginásio Conceição tornou-se Seminário para os candidatos ao sacerdócio, e o projeto de formação de elites dos jesuítas foi concretizado no Ginásio Anchieta, em Porto Alegre, e no Ginásio Catarinense, em Florianópolis. Porém, nesse período, os jesuítas também investiram seus esforços na fundação de suas instituições escolares nas cidades do Rio Grande do Sul mais importantes na época, como Pelotas e Rio Grande.

O Colégio São Luiz Gonzaga foi a primeira escola com ensino primário e secundário de Pelotas. Foi fundado, em 1894, pelos padres Anselmo de Souza S.J e Gustavo Locher S.J. Embora as atividades dos jesuítas tivessem pouca receptividade na região da campanha “devido à forte presença da maçonaria e do espírito anticlerical” (Amaral, 2006, p. 1), até 1926, ano em que os jesuítas se retiraram do colégio que passou a ser controlado pelos Lassalistas, o colégio teve certa representatividade, como demonstra o quadro abaixo da evolução de suas matrículas:

Quadro III: Evolução das matrículas

<b>Ano</b>	<b>Matriculas</b>
<b>1895</b>	62
<b>1900</b>	296
<b>1910</b>	349
<b>1920</b>	395
<b>1925</b>	508

Fonte: Elaborado a partir de Amaral, Giane (2006).

Como decorrência da Primeira Guerra Mundial, a vinda de novos elementos religiosos para a região foi impedida por determinação do Superior da Província da Alemanha. Assim, os padres jesuítas do Colégio Gonzaga encaminharam para a direção do Seminário Diocesano de Santa Maria, com o objetivo de formar os novos quadros eclesiásticos, religiosos, para suprir a demanda, dada à proliferação, além das escolas, de Dioceses e Arquidioceses no Brasil.

Já em Rio Grande a influência foi menor, uma vez que os jesuítas não chegaram a estruturar o colégio *Stela Maris* (depois Sagrado Coração de Jesus). Embora esse educandário tenha sido fundado em 1899, diante da pouca aceitação social, inclusive tendo seu prédio depredado pela União Operária, sua direção foi transferida para os irmãos maristas, em 1913, e os jesuítas retornaram ao Colégio Catarinense de Florianópolis.

A administração do Ginásio Público Catarinense foi entregue para os jesuítas em 1905, e suas atividades iniciaram-se em 1906. Sua fundação foi marcada, de um lado, pelo fracasso das instituições anteriores e do próprio colégio público em equipararem-se ao Colégio Dom Pedro II do Rio de Janeiro, e por outro, pelo fato de boa parte da elite política catarinense ter estudado no Ginásio Conceição de São Leopoldo. Desse modo, por iniciativa do governador Vidal Ramos (1902-1905), antigo egresso do Ginásio Conceição, o colégio catarinense passou para a iniciativa privada – a Companhia de Jesus – mas recebendo subsídios do poder público. Norberto Dallabrida, em seu estudo sobre o Colégio Catarinense, descreve o impacto da sua fundação:

Em nível estadual o Ginásio Santa Catarina respondeu ao desejo de distinção social das elites burguesas, que procuravam se diferenciar do restante da população também por meio de símbolos, entre os quais a escola de nível secundário de seus filhos que daria acesso seguro aos cursos superiores (Dallabrida, 2001, p. 52).

No primeiro ano sob a direção dos jesuítas alemães, o Ginásio Catarinense foi equiparado ao Ginásio Dom Pedro II, e a partir desse momento a formação escolar baseada no método pedagógico dos jesuítas foi cada vez mais procurada e valorizada pelas elites catarinenses, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro IV: Evolução das matrículas do Ginásio Catarinense

<b>Ano</b>	<b>Alunos</b>		<b>Professores</b>	
	<b>Internos</b>	<b>Externos</b>	<b>Jesuítas</b>	<b>Leigos</b>
<b>1906</b>	56	120	9	1
<b>1910</b>	75	150	16	2
<b>1915</b>	75	166	16	2
<b>1920</b>	92	238	15	4

<b>1925</b>	125	194	14	4
<b>1930</b>	125	245	17	5
<b>1935</b>	71	336	13	6

Fonte: Elaborado a partir de Lutterbeck (1977).

O aspecto central analisado por Dallabrida (2001, p. 20) no seu estudo sobre o Colégio Catarinense durante a primeira República foi o papel desse Ginásio como produtor de sujeitos dentro do processo de afirmação da sociedade capitalista e disciplinar, através das suas práticas escolares. Ao desvendar a *caixa preta* dessa instituição escolar, Dallabrida (2001) expôs o modo de produção e reprodução escolar do método jesuítico baseado na distribuição do tempo, no controle do espaço, no incitamento diretivo ao trabalho escolar, na emulação, na adoção de prêmios e castigos e no sistema de avaliação.

Esse modo de produção escolar foi também transportado para o Ginásio Anchieta de Porto Alegre. O Ginásio Anchieta, desde 1890, funcionava como o Colégio dos Padres, criado pelo Pe. Trappe J.S, um órgão complementar da Igreja São José, e externato do Ginásio Conceição. Apenas em 1908 tornou-se independente quando chegou à matrícula de 418 alunos e conseguiu a equiparação, pelo governo federal, à excelência acadêmica do Ginásio Nacional Pedro II. Conforme demonstra quadro abaixo da evolução de matrículas:

Quadro V: Evolução das matrículas Ginásio Anchieta

<b>Ano</b>	<b>Alunos</b>		<b>Professores</b>	
	<b>Diurnos</b>	<b>Noturnos</b>	<b>Jesuítas</b>	<b>Leigos</b>
<b>1903</b>	144			
<b>1905</b>	254			
<b>1910</b>	457			
<b>1915</b>	412			
<b>1920</b>	499		13	11
<b>1925</b>	593		14	10
<b>1930</b>	940	181	20	9
<b>1935</b>	945	405	17	18

Fonte: Elaborado a partir de Lutterbeck (1977).

O que caracterizou o Colégio Anchieta como uma escola de “elite” e destinada para a formação de quadros dirigentes, assim como ocorreu com o Colégio Catarinense, foi o tipo de socialização escolar que os alunos apreenderam, baseada no incentivo à competição, na disciplina e na formação intelectual internacionalizada (Trindade, 1982). O depoimento do Pe. João Evangelista Rick S.J, que foi professor do Ginásio Nossa Senhora da Conceição, é ilustrativo de como o plano de estudos da Companhia de Jesus efetivou-se nos ginásios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina:

No tempo que lecionei matemática e história natural no Ginásio Nossa Senhora da Conceição a instituição estava equiparada aos ginásios do Estado, significa que os egressos podiam freqüentar universidades. O currículo durava seis anos e estava abarrotado com um monstruoso conteúdo didático. Só para as línguas: Português, latim, grego, francês, inglês e alemão, exigia-se mais conteúdo do que nos ginásios alemães em oito anos. A atividade como um todo era insalubre corporal e espiritualmente em todos os sentidos. Encontrei os alunos no seu conjunto aplicados e também inteligentes, alguns até prematuros. Obviamente não era possível atingir profundidade. Excetuando as revoluções que faziam parte da vida sul-americana e que repercutiam intermitente no andamento do internato, o comportamento dos alunos era tão bom como nos ginásios alemães. A disciplina germânica agradava aos pais, com certeza nem sempre aos alunos (Rick, 2004, p. 187).

Portanto, a cultura escolar imposta no Colégio Catarinense, e também no Anchieta, “procurava reproduzir sujeitos regulados, empreendedores e refinados, do sexo masculino, particularmente aqueles que se preparavam para integrar a elite dirigente” (Dallabrida, 2006, p. 9). Além disso, o colégio Anchieta e, de certo modo, o Catarinense, apresentaram especificidades em relação aos educandários das outras ordens religiosas. Trata-se da formação de um laicato leigo católico que foi “tributária da ação educacional dos padres Jesuítas”. Deste modo, “O colégio Anchieta formou toda uma geração de leigos profundamente comprometida com os postulados católicos” (Isaia, 1998, p. 115). Portanto, esse foi o papel das Congregações Marianas originadas nos educandários dos jesuítas.

## **O Colégio Anchieta e a formação religiosa das “elites”: As Congregações Marianas**

Nas dinâmicas sociais regionais, nas quais os jesuítas – através dos seus educandários e das suas Congregações Marianas – tiveram um papel relevante na reforma institucional da Igreja (Romanização) e na restauração católica após a desvinculação da Igreja da estrutura do Estado, o movimento católico militante teve uma configuração distinta. Este foi o caso do sul do Brasil, especialmente o Estado do Rio Grande do Sul, no qual a atuação dos jesuítas alemães do Ginásio Anchieta teve um papel hegemônico na formação religiosa das “elites” urbanas.

Em seu estudo pioneiro sobre a “geração católica” do Rio Grande do Sul, Fernando Trindade (1982) destacou, por exemplo, o nível da formação intelectual recebida, incentivando, inclusive, a competição escolar e o autodidatismo dos alunos. O efeito disto marcou as posições do grupo católico nas várias esferas em que atuaram através da reprodução de um pensamento cultural conservador, uma vez que “tratava-se de manter, apesar das atualizações, uma estrutura básica educacional” (Trindade, 1982, p. 41). Como argumenta abaixo:

Na geração católica deu-se um fenômeno interessante em razão dessa prematura educação européia; como não precisavam sair de nosso meio para uma educação mais aprimorada, as lacunas culturais que progressivamente apareciam, eram supridas pelo autodidatismo. Isto supunha inegavelmente uma educação básica bem estruturada e suficientemente larga que poderia sustentar outros conhecimentos correlatos. O autodidatismo provocou também uma cultura regional que não se aculturou totalmente mas que, por outro lado, se satisfez com sua educação básica, retardando já na década de 1940 um desenvolvimento pedagógico mais avançado como o que se produziu em São Paulo no mesmo período. O efeito desse autodidatismo foi o aparecimento de um pensamento cultural conservador (Trindade; 1982, p. 41).

Portanto, pode-se situar a atuação intelectual desse grupo – os congregados marianos – numa diversidade de esferas sociais, como a política, a religiosa e especialmente a universitária. Tal atuação deve-se à sociabilidade católica adquirida nas atividades das Congregações Marianas. Neste sentido, Arthur César Isaia (1998) destacou o papel das Congregações Marianas enquanto instrumentos de restauração católica dos jesuítas e como marca de distinção desse grupo, pois “para enfrentar o avanço da laicização cultural entre as elites, os jesuítas do Colégio Anchieta intensificaram um programa educacional que, ultrapassando o terreno escolar propriamente dito, fosse capaz de oferecer uma

alternativa de vida embasada em parâmetros diversos do *ethos* mental da camada tradicionalmente dominante no Estado” (Isaía, 1998, p. 117). Com esta orientação:

A formação recebida no Ginásio Anchieta deveria ultrapassar os anos que os jovens freqüentavam o seu internato ou externato. Para evitar que os alunos egressos do Ginásio sofressem a influência de más companhias ou não perseverassem nas suas obrigações religiosas e nos valores a eles transmitidos, os Jesuítas cercavam de cuidados a seus alunos. Não só oferecia-se aos acadêmicos cursos de atualização cultural, onde se procurava mostrar a fragilidade do pensamento divorciada do magistério católico, como continuava-se a reuni-los periodicamente nas reuniões da Congregação Mariana, bem como concentrá-los em republicas diretamente ligadas aos padres (Isaia, 1998, p. 118).

Esta elite católica, fomentada pelos jesuítas, fez parte de Congregações Marianas desde o ginásio, através da Congregação Mariana *Nossa Senhora da Glória*. Esta Congregação, fundada em 1909, representou uma primeira etapa na formação desses grupos que foi continuada no decorrer de suas vidas através daquelas destinadas aos acadêmicos (*Mater Salvatoris*) e depois aos formados (*Auxilium Christianorum*). Assim sendo, na Congregação Mariana:

(...) se reduplicava e se aprofundava as metas do colégio Anchieta: o intelecto e a disciplina. Acrescentava-se mais uma: a dimensão espiritual que se centrava na prática dos sacramentos como a confissão e a comunhão. No fundo a dimensão espiritual propunha um processo de santificação. Como a escola não podia exigir a perfeição espiritual de todos, foi criada esta instituição de origem centenária, para desenvolver mais essa meta. Os jovens eram rigorosamente escolhidos por seus colegas marianos e apresentados ao diretor espiritual. Eles passavam por um período de provação, em que eram primeiro considerados aspirantes para depois passarem a condição de verdadeiro congregado. (...) Dentro de um espírito de combate, os congregados deviam proteger a Igreja contra seus inimigos. Isto acrescentou a sua missão espiritual um caráter inquisicional que visava detectar inimigos (Trindade, 1982, p. 31).

Toma-se, desse modo, que as Congregações Marianas originárias no Ginásio Anchieta e dirigidas pelos jesuítas constituem o elemento fundamental para compreender a configuração do laicato intelectual católico do Rio Grande do Sul. Elas representaram um espaço de cooptação das elites sociais e econômicas para o projeto de restauração católica. Isto é verificado na extensão que tal instituição adquiriu no período, uma vez que também agregou membros oriundos de outros educandários católicos, como os alunos maristas do Ginásio Nossa

Senhora do Rosário, assim como posteriormente os congregados marianos tiveram um papel importante na conversão para o catolicismo de membros que até então eram ligados a matrizes ideológicas laicas da sociedade riograndense. Portanto, estas informações confirmam, mesmo que sumariamente, o papel central que o grupo das Congregações Marianas teve na promoção do catolicismo do sul do país e na reprodução do pensamento conservador.

### **Referências bibliográficas**

AMARAL, Giana Lange. *Ginásio Pelotense e Gonzaga*, apontamentos sobre o ensino secundário laico e católico no Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XX. IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006.

AZZI, Riolando. *A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Editora Santário, Aparecida, 2008.

\_\_\_\_\_. *Presença da Igreja na sociedade brasileira e formação das Dioceses no período republicano*. In: SOUZA, Luiz de. OTTO, Claríssia. (Orgs). *Faces do catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008.

BENCOSTO, Marcus Levy. *Igreja e poder em São Paulo, Dom João Batista Côrrea Nery e a romanização do catolicismo brasileiro (1908-1920)*. São Paulo, Tese (doutorado em História). USP, São Paulo, 1999.

BOHNEN, Aloysio; ULLMANN, Reinholdo (Org): *A atividade dos jesuítas em São Leopoldo, 1944-1989*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1989.

BONI, Luis A. *O catolicismo de imigração, do triunfo à crise*. In: DACANAL, J. H. (Org.). RS: Imigração & Colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

CASALI, Alípio. *Elite intelectual e restauração da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1995.

CORADINI, Odaci. As missões de “cultura” e da “política”, confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, 2003.

COLUSSI, Eliane. *Plantando ramos de acácia, a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX*. Tese (doutorado em História), PUCRS, Porto Alegre, 1998.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e educação brasileira*. São Paulo: Cortez, 1978.

DALLABRIDA, Norberto. *A fabricação escolar das elites, o Ginásio Catarinense na Primeira República*. 1ª ed. Florianópolis: Cidade Futura, 2001

ISAIA, Arthur César. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

LEITE, Luiz Oswaldo. A década Anchieta. In: TRINDADE, Hégio; LEITE, Luiz Oswaldo (Orgs): *Leônidas Xausa*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

LEONARDI, Paula. *Puríssimo Coração, um colégio de elite em Rio Claro*. Dissertação (mestrado em Educação), Unicamp, Campinas, 2002.

LUTTERBECK, SJ, Pe. Jorge. *Jesuítas no Sul do Brasil*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de pesquisas. Publicações avulsas, nº 3, 1977.

MAIA, Pe. Pedro Américo. *História das Congregações Marianas no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

MANOEL, Ivan Aparecido. A criação de paróquias e Dioceses no Brasil no contexto das reformas ultramontanas e da Ação Católica. In: SOUZA, Luiz de. OTTO, Clarissia. (Orgs). *Faces do catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008.

\_\_\_\_\_. *A Igreja e a educação feminina (1859-1910)*, uma fase do conservadorismo. São Paulo: EDUNESP, 1996.

\_\_\_\_\_. *O pêndulo da História*, tempo e eternidade no Pensamento Católico (1800-1960). Maringá: Eduem, 2004.

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1988.

RAMBO, Arthur B. Restauração católica no sul do Brasil. *História, questão e debates*. Curitiba, N.36, Editora UFPR, 2002, p. 279-234.

RICK, S.J, Pe. João Evangelista. Memórias especiais (Coletânea e tradução por Pe. Arthur Rabuske, SJ). In: RABUSKE, Arthur; RAMBO, Arthur Blásio. *Pe. J. E. Rick, SJ: Cientista, Colonizador, Apóstolo Social, Professor*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

SCHUPP, A. *Missões dos Jesuítas Alemães no Rio Grande do Sul*. 1ª Edição. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

SEIDL, Ernesto. *A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul*. Tese (doutorado em Ciência Política), UFRGS, Porto Alegre, 2003.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. *Padres, celibato e conflito social*, uma história da Igreja católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. *Os Seminários*, crise, experiências e síntese. In: SANCHIS, Pierre. (Org). *Catolicismo*, modernidade e tradição. São Paulo: Loyola, 1992.

SERPA, Élio Cantalício. Igreja e poder na primeira república. In: SOUZA, Luiz de; OTTO, Clarissia. (Orgs.). *Faces do catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008.

TRINDADE, Fernando. A polêmica entre Érico Veríssimo e o Pe. Leonardo Fritzen, SJ. *Revista do IFCH*, Porto Alegre, n. 11/12, 1984.

\_\_\_\_\_. Uma contribuição à história da Faculdade de Filosofia da UFRGS. *Revista do IFCH/UFRGS*, Porto Alegre, n. 10, 1982.

---

<sup>1</sup> Inicialmente, ainda no período imperial, durante a propaganda positivista e republicana no Rio Grande do Sul, houve certa oposição à Igreja Católica. Entretanto, esta situação modificou-se com a instalação da República, dado que o artigo no qual o Estado absteve-se do monopólio da formação secundária da constituição de 1891 foi extremamente benéfico à Igreja Católica, uma vez que se proliferavam escolas católicas mantidas por diversas ordens religiosas, em especial aquelas coordenadas pela Companhia de Jesus. Além disso, o projeto republicano do Partido Republicano Riograndense (PRR) teve pontos em comum com o da Igreja, como comenta Colussi (1998, p. 441): “A consolidação da República de modelo positivista, na sua origem materialista e calcada na idéia da ordem e do progresso, acabou por ser uma das responsáveis pelo fortalecimento do catolicismo no RGS. Aparentemente era um contra-senso conciliar materialismo e progresso científico, concepções inerentes ao positivismo, com o espírito conservador do catolicismo, porém, o que tornou possível um relacionamento entre a república positivista e o catolicismo gaúcho foram o conservadorismo e o autoritarismo presentes em ambos os projetos, o positivista e o católico”.

---

<sup>2</sup> O método pedagógico *Ratio Studiorum*, aprovado em 1599, foi inspirado nas Constituições de Ignácio de Loyola, e no *modus parisiensis*. Este se refere ao modelo de ensino da Universidade de Paris, e dos colégios parisienses, nos quais os primeiros jesuítas estudaram, inclusive Ignácio de Loyola, fundador da Ordem, e que, de modo geral, reflete um modelo de ensino baseado na organização e sistematização dos estudos, distribuição dos alunos conforme sua capacidade e nível de conhecimento, a separação de disciplinas e graduação para o ensino de matérias, estabelecimento de prazos e provas para aferir o conhecimento, e a emulação. Assim como o teatro e os atos públicos. Depois da restauração da Companhia pouco alterou-se em seu método de estudos, e a inovação mais sentida foi a abolição dos castigos corporais. Sobre esse tema ver: GUILLERMOU, Alain. *Los Jesuítas*. Oikos-tau, s.a- ediciones. Barcelona, 1970, e O'MALLEY, John W. *Os primeiros jesuítas*. Editora Unisinos, São Leopoldo, RS; Edusc, Bauru, SP, 2004.

Recebido em 15/10/2010, revisado em 06/12/2010, aceito para publicação em 27/01/2011.